

Bulhões aponta causas da atual crise econômica

13 AGO 1982

São Paulo — O excesso de aplicações em despesas com bem-estar social, nos países desenvolvidos, em prejuízo do financiamento do suporte econômico na área de produção, e a política de subsídios, no caso brasileiro, são, segundo o ex-ministro da Fazenda do governo Castelo Branco, Octávio de Bulhões, as duas principais causas da atual crise econômica mundial.

Para o professor Bulhões, porém, para que a Comunidade Econômica saia dessa crise basta apenas coragem para combatê-la. Mas, se houver preocupação de popularidade e princípios demagógicos prevalecendo sobre a lógica econômica, "é claro que será difícil superá-la".

Bulhões, que ontem fez palestra na Ordem dos Economistas do Estado de São Paulo, disse ainda que o Finsocial somente deve ser entendido como medida meramente emergencial e não parte de uma política econômica global. "Desde que devidamente estruturados, os verdadeiros programas sociais de apoio ao trabalhador são o PIS e o Pasep".

Em entrevista à imprensa no Aeroporto de Congonhas, o ex-ministro da Fazenda centrou suas respostas em dois itens: eliminação dos subsídios e queda da inflação, para ele um consequência do outro: Com a retirada do subsídio — disse — elimina-se a expansão da base monetária, o que permite o controle da inflação, provocando uma redução nas taxas de juros. Com uma reversão da taxa inflacionária e uma rápida queda da dos juros, os agricultores pagariam

taxas menores que as atuais e os preços tenderiam a uma estabilização, com uma consequente diminuição dos custos de produção.

Esta situação seria, no seu entender, vantajosa, tanto em termos internos quanto externos, porque, com preços menores, "teríamos melhores condições para competir no mercado internacional. E quanto mais depressa eliminarmos a inflação, com maior velocidade poderemos exportar".

CORREÇÃO

Depois de afirmar que a recente medida do Conselho Monetário Nacional de adotar a correção monetária pós-fixada foi lógica, porque deixar a priori a correção é também fixar a priori a inflação, o professor Bulhões pregou o fortalecimento das pequenas e médias empresas, que, segundo ele, deveriam pagar menos Imposto de Renda sobre o lucro distribuído a sócios e quotistas. "O IR pessoa jurídica não deve recair sobre essa distribuição de lucros, desde que haja aporte de capital próprio para que as empresas possam fortalecer sua posição financeira e econômica e reduzir a solicitação de empréstimos externos".

Referindo-se à política salarial, o ex-ministro disse que, se o programa de eliminação da inflação for levado a sério, o governo terá condições morais de alterá-la. Mas ele não acredita que essa política seja a causa de realimentação inflacionária. O que faz com que a inflação recrudesça é a concessão de ajustes salariais acima da depreciação da moeda".